



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



331) A competência da União envolve interesses nacionais, ou seja, de todo o território nacional, tal lista é prevista no artigo 21 de nossa Constituição, diante disso, aponte a alternativa onde não consta como competência da União

- a) emitir moeda.
- b) declarar guerra e celebrar a paz.
- c) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- d) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações.
- e) explorar diretamente ou mediante concessão os serviços de gás canalizado.

RESPOSTA: “e”, pois a exploração de gás canalizado é competência explícita dos Estados, conforme preceitua o artigo 25, §2º, CF. Prezando candidato, é necessário, também, decorar os vinte e cinco incisos deste artigo 22, pois é muito cobrado nas provas. A dica é levar em consideração o interesse em jogo, neste caso, o interesse é nacional, como por exemplo, fiscalizar o material bélico, administrar reservas cambiais, etc.

332) Levando-se em conta o interesse nacional, a Constituição prevê que a União pode legislar, privativamente, ou seja, somente ela pode regular tais matérias. Diante do exposto, aponte a alternativa correta em que contenha somente competência privativa ou exclusiva da União.

a) compete privativamente à União legislar sobre: direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho, desapropriação, águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão, serviço postal, sistema monetário, política de crédito, câmbio, seguros, transferência de valores, comércio exterior e interestadual, política nacional de transportes, regime dos portos, navegação lacustre, navegação fluvial, navegação marítima, navegação aérea e navegação aeroespacial, trânsito e transporte, nacionalidade, cidadania, naturalização, população indígenas, sistema nacional de emprego, sistemas de poupanças, sistema de consórcios e sorteios, seguridade social, registros públicos, atividades nucleares de qualquer natureza, propaganda comercial, defesas territorial, aeroespacial, marítima, civil e mobilização nacional.

b) compete privativamente à União legislar sobre: direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho, desapropriação, águas, energia, informática, produção e consumo, telecomunicações, radiodifusão, serviço postal, sistema monetário, política de crédito, câmbio, seguros, transferência de valores, comércio exterior e interestadual, política nacional de transportes, regime dos portos, navegação lacustre, navegação fluvial, navegação marítima, navegação aérea e navegação aeroespacial, trânsito e transporte, nacionalidade, cidadania, naturalização, população indígenas, sistema nacional de emprego, sistemas de poupanças, sistema de consórcios e sorteios, seguridade social, registros públicos, atividades nucleares de qualquer natureza, propaganda comercial, defesas territorial, aeroespacial, marítima, civil e mobilização nacional.

c) compete privativamente à União legislar sobre: direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho, desapropriação, águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão, serviço postal, sistema monetário, política de crédito, câmbio, seguros, transferência de valores, comércio exterior e interestadual, política nacional de transportes, regime dos portos, navegação lacustre, navegação fluvial, navegação marítima, navegação aérea e navegação aeroespacial, trânsito e transporte, nacionalidade, cidadania, naturalização, população indígenas, proteção à infância e à juventude, sistema nacional de emprego, sistemas de poupanças, sistema de consórcios e sorteios, seguridade social, registros públicos, atividades nucleares de qualquer natureza, propaganda comercial, defesas territorial, aeroespacial, marítima, civil e mobilização nacional.

d) compete privativamente à União legislar sobre: direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho, desapropriação, águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão, serviço postal, sistema monetário, política de crédito,

cambio, seguros, transferência de valores, comercio exterior e interestadual, política nacional de transportes, regime dos portos, navegação lacustre, navegação fluvial, navegação marítima, navegação aérea e navegação aeroespacial, transito e transporte, nacionalidade, cidadania, naturalização, população indígenas, sistema nacional de emprego, sistemas de poupanças, sistema de consórcios e sorteios, seguridade social, registros públicos, atividades nucleares de qualquer natureza, propaganda comercial, orçamento e consumo, defesas territorial, aeroespacial, marítima, civil e mobilização nacional.

RESPOSTA: “a”. As demais são incorretas, pois, respectivamente, contem as competências concorrentes, produção e consumo, proteção à infância e à juventude e orçamento e consumo, constantes no artigo 23. Também é necessário decorar tal listagem.

333) A competência concorrente, prevista no artigo 23, diz respeito ao encontro de interesses entre a União, Estados, Distrito Federal, onde todos estes entes podem atuar sobre tais assuntos, sendo que um não exclui a competência do outro. Diante do exposto, aponte a alternativa incorreta onde consta uma competência privativa da União.

a) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; promover programas de construção de moradias; fiscalizar operações de previdência privada.

b) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; promover programas de construção de moradias;

c) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; promover programas de construção de moradias; fiscalizar a produção de material bélico.

d) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; promover programas de construção de moradias; fiscalizar operações de capitalização.

RESPOSTA: “b”, pois as outras alternativas contém competências privativas da União, tais como fiscalizar operações de previdência privada, fiscalizar a produção de material bélico e fiscalizar operações de capitalização.

334) Sobre a organização dos Estados Federados, aponte a assertiva incorreta.

- a) os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
- b) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) Os Estados não poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.

RESPOSTA: “d”, de acordo o parágrafo 3º, do artigo 25, os Estados podem instituir tais regiões metropolitanas.

335) Sobre a organização dos Municípios, aponte a assertiva correta.

- a) O Município rege-se por Constituição Municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- b) a eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto.
- c) a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da eleição.
- d) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.

RESPOSTA: “d”, artigo 29, II, CF.

336) Compete aos Municípios

- a) legislar sobre assuntos de interesse público.
- b) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- c) criar, organizar e suprimir distritos observada a legislação federal.
- d) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural nacional, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

RESPOSTA: “b”, artigo 30, II, CF.

337) Aponte a alternativa correta

- a) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Estadual e Municipal, mediante controle externo.
- b) o Controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- c) é permitida a criação de Tribunais ou Conselho de Contas Municipal.
- d) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Executivo Estadual.

RESPOSTA: “b”, artigo 31, §1º, CF.

338) Sobre o Distrito Federal, conforme consta no texto constitucional, aponte a assertiva correta

- a) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas à União e aos Estados.
- b) Lei Distrital disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.
- c) o Distrito Federal, permitida a sua divisão em Municípios, será regido por Constituição Distrital.
- d) o Distrito Federal, vedada sua divisão em Município, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará.

RESPOSTA: “d”, conforme preceitua o caput do artigo 32 da CF.

339) Sobre os Territórios, aponte a alternativa incorreta

- a) A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios.
- b) os Territórios não poderão ser divididos em Municípios.
- c) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional.
- d) Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

RESPOSTA: “b”, conforme §1º, do artigo 33.

340) Sobre a intervenção federal, aponte a alternativa incorreta

- a) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: manter a integridade nacional; para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra ;para por termo a grave comprometimento da ordem pública; para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas Unidades da Federação; para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo por motivo de força maior ou deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;
- b) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
- c) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais, forma republicana, sistema representativo e regime democrático; dignidade da pessoa humana, autonomia municipal.
- d) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: prestação de contas da administração publica, direta e indireta; aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos federais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

RESPOSTA: “d”, conforme artigo 34, VII, d, e, da CF.